

MOBILIDADE SOCIAL E MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL¹

Daniel Biagioni

Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro

Doutorando em Sociologia

Resumo: Apresenta-se neste texto uma parte do problema de pesquisa do doutoramento e as respectivas hipóteses de trabalho, assim como o escopo teórico e metodológico. O problema de pesquisa é entender a influência da migração interna na dinâmica da estrutura de classes sociais no Brasil ao longo das décadas de 1970-2000. As hipóteses que orientam a investigação são: (1) a migração influenciou significativamente na composição da estrutura de classes sociais em todas as regiões do país por efeitos dos desequilíbrios do desenvolvimento econômico regional; (2) a migração estava altamente associada à mobilidade social no período de industrialização nacional (décadas de 1950-70); (3) após a crise econômica na década de 1980, a migração esteve menos associada às chances de ascensão social (décadas de 1980-2000). A teoria da mobilidade social permite analisar a relação entre migração e a estrutura social. A metodologia são modelos estatísticos para análise da mobilidade social.

1. PROBLEMA DE PESQUISA²

Procura-se investigar a participação dos migrantes internos na composição da estrutura de classes em diferentes regiões do Brasil em dois períodos econômicos distintos. Sabe-se que a estrutura social brasileira passou por profundas mudanças no período de industrialização com início na década de 30 e final na década de 70. A rápida transição da sociedade tipicamente rural e agrária em sociedade urbana e industrial gerou profundas alterações na estrutura social. Se antes a mão-de-obra estava concentrada nas ocupações rurais de produção tradicional, com o processo de modernização da produção passaram a predominar as ocupações urbanas industriais,

¹ Texto apresentado em workshop da *Escola de verão sobre desigualdades interdependentes na América-Latina* realizado pelo Centro de Estudos das Metrópoles (CEM/CEBRAP).

² Neste texto é abordado apenas o caso brasileiro. Em etapa futura de pesquisa de doutorado se buscará comparar os resultados nacionais à dinâmica da mobilidade social da Argentina, Chile e México. Em linhas gerais, os temas levantados neste texto para o caso brasileiro são semelhantes nos países industriais latinos. São referências para a relação entre mobilidade social e migração interna na América-Latina os trabalhos de Filgueira e Geneletti (1981) e Franco et al. (2007).

juntamente com a expansão das ocupações do comércio e de prestação de serviços. Grande parte dos trabalhadores que preencheram essas ocupações foram os emigrantes de origem em regiões com baixo desenvolvimento econômico para as regiões de destino concentradoras de desenvolvimento econômico. A dinâmica migratória contribuiu para transformar a estrutura social brasileira neste período principalmente por meio da emigração rural para as cidades, seja em uma mesma cidade ou entre regiões do país.³

Poucos estudos se debruçaram especificamente sobre os efeitos da migração interna na estrutura social no Brasil no período de industrialização. Os trabalhos de caráter econômico que se detiveram sobre o tema trataram de relacionar a migração ao desenvolvimento econômico. Os migrantes eram a mão-de-obra excedente capaz de proporcionar a continuidade do crescimento econômico com a passagem de trabalhadores do setor rural para o urbano, principalmente entre as décadas de 50 e 70 (Graham e Holanda Filho, 1980). As interpretações propriamente sociológicas, por outro lado, privilegiaram as conseqüências da migração nos locais de origem e destino. A pobreza dos migrantes na origem e questões relativas à adaptação no destino eram a tônica dos debates sobre a migração interna como reflexo da modernização da estrutura produtiva e social do Brasil (Durham, 1973). Em ambas as abordagens a emigração rural estava fortemente associada à melhoria das condições no destino urbano.

A atenção dos pesquisadores sobre o tema da migração interna enquanto um fenômeno gerado pelo processo de urbanização e industrialização arrefeceu a partir da década de 80 quando a migração interna deu sinais claros de diminuição com o agravamento da crise econômica internacional e fim do processo de industrialização.⁴ O deslocamento da população motivado pelos desequilíbrios do desenvolvimento econômico regional se manteve, no entanto novos fluxos migratórios aparecem como alternativa de deslocamento. As migrações que eram principalmente de longa distância e entre regiões passaram a ser predominantemente de curta distância e intra-regionais, houve maior incidência de migrações de retorno e movimentos de pendularidade nas grandes cidades. A partir da década de 80 a literatura aponta se postula que a migração não está associada necessariamente à melhoria das condições de vida como no período

³ Estima-se que no Brasil entre 1960 e o final da década de 1980 emigraram do campo para a cidade perto de 43 milhões de pessoas (Carvalho e Fernandes, 1996).

⁴ Entende-se diminuição da migração em termos de taxas bruta de migração interna inter-regional e interestadual. Ou seja, o número de migrantes entre regiões ou estados em um dado período segundo a população total do país no meio do período. No período entre 1970 e 1980 foram 9,5 milhões de pessoas que declararam ter havido mudando de estado pelo menos uma vez. No período de 80 a 90 foram 10,6 milhões. Entre 91 a 2000 foram 12,5 milhões (Cunha e Baeninger, 2006: 41).

até a década de 1970. A migração passou a representar uma alternativa exclusivamente sobrevivência dos migrantes (Brito, 2009).

Para entender a participação dos migrantes na estrutura social, um dos objetivos da pesquisa de doutorado, optou-se por empregar a metodologia da mobilidade social. Sabe-se que grande parte da mobilidade social no contexto do processo de industrialização foi resultado da mobilidade estrutural – mobilidade de posições sociais, predominantemente ascendente, por efeito do desenvolvimento econômico, do emprego de tecnologia no sistema produtivo e mudanças demográficas. Após a década de 80 a mobilidade estrutural perdeu força e passou a prevalecer a mobilidade gerada pela competição por vagas já existentes no mercado de trabalho. A redução do efeito da mobilidade estrutural não significou que o mercado de trabalho brasileiro se tornou menos igual em termos de oportunidade de ascensão social ao fim do processo de industrialização. O que se observou foi o progressivo aumento das oportunidades de mobilidade, porém em menor intensidade. Na década de 1980 o aumento das oportunidades de mobilidade esteve relacionado à diminuição das desigualdades educacionais. Na década de 1990 as oportunidades de mobilidade aumentam mais por efeitos da redução de características herdadas, como a origem social, que por efeito da educação, ainda importante (Torche e Ribeiro, 2010).

Mesmo a taxa de migração interna no Brasil tenha diminuído a partir da década de 1980 e a mobilidade social tenha sido guiada principalmente pelo efeito da educação, a relação entre os dois temas permanece uma questão em aberto no entendimento do papel da migração na composição da estrutura social brasileira. Faz-se importante, dentro dos estudos das desigualdades sociais no Brasil, investigações que dizem sobre os efeitos da migração interna na formação da estrutura social a partir do regime de mobilidade social. Faz-se necessário tratar o fenômeno migratório além dos processos de urbanização e industrialização.

Com base neste problema de pesquisa, o sentido de migração adotado neste texto será de um comportamento racional adaptativo (Goldthorpe, 2000). Isto é, a migração como ação orientada para ascensão social e, conseqüentemente, melhoria das condições de vida. Dois pontos são importantes metodologicamente para tornar as análises rigorosas o suficiente sobre a associação entre migração interna e mobilidade social. O primeiro é comparar a mudança do efeito da migração interna segundo diferentes períodos no intuito de observar a inserção dos indivíduos na estrutura social uma vez

que o deslocamento poderia favorecer a ascensão social. Segundo, faz-se importante considerar o efeito da migração interna segundo os diferentes fluxos migratórios para o controle das diferenças regionais intrínsecas das estruturas sociais de origem e destino.

Nas seções seguintes são apresentados os conceitos centrais e abordagens teóricas. As hipóteses e metodologia e fonte de dados serão apresentadas por fim.

2. MOBILIDADE SOCIAL E MIGRAÇÃO INTERNA

Estudos das desigualdades são geralmente associadas mais diretamente à distribuição de renda e seus determinantes individuais.⁵ Em geral, este é o foco principal dos estudos propriamente econômicos da desigualdade. Já a sociologia, além de atentar à distribuição de renda e seus determinantes estruturais, possui amplo desenvolvimento em estudos do processo de aquisição de posições ocupacionais. Ao estudar a ocupação compreende-se uma série de outras características individuais que estão associadas às condições de vida como salário, educação, proteção social, identificação política entre outras.

As posições ocupacionais são um conjunto de ocupações agregadas segundo critérios substantivos que as caracteriza no mercado de trabalho. O conjunto das posições sociais representa a estrutura social. Existem duas abordagens de estudos da desigualdade das posições sociais. A abordagem de realização de status sócio-econômico, cujas posições compõem uma hierarquia de agregados ocupacionais – estratos sociais – definidos pela média entre a renda (status econômico) e educação (status social). Assim, a estrutura social definida pelo conjunto de estratos sociais se assemelha a uma pirâmide hierárquica de status (Blau e Duncan, 1967). Há também a perspectiva estrutural de classes sociais. Diferentemente dos estratos, as classes sociais não compõem uma hierarquia e os critérios para agregar as ocupações são estritamente teóricos a partir da reprodução desigual da divisão social do trabalho. As teorias marxista e weberiana contribuíram decisivamente para o avanço desta perspectiva (Wright, 2005).

O campo de estudos da mobilidade social trata de entender a dinâmica da estrutura de posições sociais no intuito de identificar os padrões de desigualdades duráveis em uma sociedade. A dinâmica da estrutura social pode ser analisada de duas

⁵ Há ampla bibliografia sobre o tema que estuda o Brasil. Para uma breve revisão da literatura, ver (Barros, Henriques e Mendonça, 2000). Sobre mobilidade intergeracional da riqueza, ver Osório (2009).

formas. Na mobilidade intergeracional busca-se comparar posições sociais entre gerações (pai e filho). Ela permite analisar as mudanças na estrutura social em contextos geracionais distintos como também avaliar quais as características que estão associadas à transmissão da posição social. Na mobilidade intrageracional é analisado o desempenho da carreira de um mesmo indivíduo salientando as características mais associadas a sua atual posição social. Independente se intergeracional ou intrageracional, o aspecto temporal das desigualdades de posições sociais é o elemento central de análise da mobilidade, ressaltando as reproduções e descontinuidades de desigualdade da estrutura social.

Os estudos sobre o regime de mobilidade social atentam fundamentalmente para dois fatores associados. Os fatores exógenos são próprios da dinâmica do mercado de trabalho como as transformações estruturais – mudanças demográficas, econômicas, políticas etc. Essas transformações alteram o tamanho das posições sociais no total estrutura. Os fatores endógenos, por outro lado, estão relacionados estritamente com a associação entre origem e destino social. O foco está em analisar a desigualdade de oportunidades de mobilidade a partir da origem social segundo características herdadas e adquiridas e demais efeitos que se mostram importantes para determinar o destino social.

Nos estudos de mobilidade social comparada entre os países industrializados sabe-se que o regime de desigualdade de oportunidades de mobilidade está ligado a características particulares da estrutura social de cada país. Assim, importa entender, primeiramente, a formação da estrutura social e da dinâmica de transformação do mercado de trabalho como reflexo dos fatores exógenos ou estruturais. Controlados esses fatores, particular atenção é dada aos fatores endógenos ou da fluidez social – a associação líquida entre origem e destino social. Estudos recentes mostram que a fluidez social apresentou tendência crescente em várias sociedades industrializadas ao longo do século XX. Comparando a fluidez social entre os países foi percebido diferenças em nível, mas não nos padrões ou contornos de desigualdade de mobilidade entre as classes. Em outras palavras, embora os fatores exógenos tivessem levado à similaridade das estruturas sociais, as oportunidades de mobilidade entre classes não apontaram para convergência nos países industrializados, embora, em seu conjunto, a fluidez tenha aumentado.

A migração é um fator exógeno do regime de mobilidade social que modificou fortemente a estrutura social, principalmente pelo processo de urbanização. Por urbanização entende-se a emigração da população rural para as cidades seja por migração intra ou inter municipal, estadual ou regional. Essa população foi atraída principalmente pelas oportunidades do mercado de trabalho e melhora das condições de vida.⁶ No Brasil a urbanização foi completada no fim da década de 70, quando o processo de industrialização também teve o seu fim enquanto política prioritária de Estado. Na década de 1980 as taxas de migração diminuíram e, com ela, aponta-se a diminuição do sentido de ascensão social intrínseco ao deslocamento.⁷ Antes da discussão entre os temas, segue-se a definição de migração e as abordagens teóricas que permitem dizer sobre a associação entre migração interna e mobilidade social.

Por migração entende-se não meramente o fenômeno demográfico de mudança do local de residência de um indivíduo ou família.⁸ Entende-se, sim, o processo social de deslocamento de população em contexto histórico específico e em período e território delimitados que definem o próprio fenômeno. O conjunto dos deslocamentos individuais caracteriza o fluxo migratório.

A trajetória de um fluxo migratório é definida segundo sua origem e destino. Os desequilíbrios econômicos regionais são os principais fatores que levam ao surgimento das trajetórias migratórias. Portanto, a migração é essencialmente entendida neste texto como o deslocamento da força de trabalho em busca de melhoria de inserção no mercado de trabalho e de condições de vida. Se por um lado há na origem migratória excedente de trabalhadores oferecendo sua mão-de-obra, do outro há no destino a necessidade (ou não) de mão-de-obra para geração de capital. Assim, diferentes trajetórias migratórias podem ser encontradas dentro de um mesmo contexto histórico de desequilíbrios econômicos regionais. Ou seja, diferentes origens para um mesmo destino, como ocorreu nos estados das regiões Nordeste para os estado de São Paulo e Rio de Janeiro nas décadas de 1940-70; ou uma mesma origem para diferentes destinos,

⁶ Os processos de urbanização e industrialização são fenômenos associados no Brasil. Sabe-se que o processo de urbanização brasileira é anterior, mas apresentou aumento de suas taxas a partir das políticas de industrialização na década de 1930. Há ampla bibliografia sobre o tema. Citam-se aqui apenas dois autores: Furtado (1998) e Singer (1973 e 1977).

⁷ Há ampla bibliografia que aponta a diminuição da associação entre migração interna e mobilidade social. Citam-se apenas alguns trabalhos: Pacheco e Patarra (1997), Brito (2002; 2009), Baeninger (2008), Cunha e Baeninger (2006) e Cunha e Dedeca (2000).

⁸ Para fins de operacionalização dos dados, a ONU (1972: 1) define migração como o “deslocamento de uma zona definidora da migração para outra (ou um deslocamento de uma distância mínima especificada) que se tem feito durante um intervalo determinado e que implicou a mudança de residência”. Para um contraponto crítico desta definição de migração, ver Domenach e Picouet (1990).

como é o fluxo de migração do estado de São Paulo para os estados da região Nordeste a partir da década de 1980.

Este tipo de estudo sobre a migração segundo os diferentes fluxos considerando a origem e o destino migratório é conhecido como teoria de atração e expulsão – atração do destino e expulsão da origem migratória. O primeiro estudo que tentou sistematizar a natureza e regularidade dos fluxos migratórios postulou as leis da migração ao reconhecer o desenvolvimento industrial como importante fator do deslocamento da população (Ravenstein, 1980). As leis podem ser resumidas nas seguintes idéias-chave: (a) a maioria dos deslocamentos é de curta distância que produzem correntes migratórias orientadas para os centros comerciais e industriais absorvedoras de migrantes; (b) resultante do processo anterior, o deslocamento se dá por etapas, ou trechos, por reduzir os custos do deslocamento em direção às áreas de atração dos centros; (c) cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória; (d) os naturais da cidade migram menos do que os naturais do setor rural; (e) as mulheres parecem predominar entre os migrantes que percorrem trajetos curtos; (f) o incremento dos meios de locomoção e o desenvolvimento da indústria e do comércio contribuem para aumentar a migração, e; (g) as motivações das migrações têm predomínio econômico (desejo dos migrantes em melhorar suas condições materiais).

As leis da migração são o ponto de partida para os estudos posteriores sobre deslocamento da população tendo como idéia-chave a expansão do sistema produtivo capitalista e a conseqüente necessidade de mão-de-obra. A migração, neste sentido, dá-se por meio do excedente de trabalhadores de regiões com pouco desenvolvimento econômico buscando melhores salários nos centros dinâmicos da indústria e comércio. O conceito de anéis concêntricos é um exemplo deste tipo de formulação teórica onde haveria a necessidade de equilíbrio entre a oferta e a demanda de força de trabalho entre os setores rural (oferta) e urbano (demanda) como necessidade intrínseca do sistema produtivo capitalista. Assim, a migração seria realizada em etapas partindo das regiões rurais de produção tradicional para as regiões urbanas de produção industrial em direção aos pólos econômicos mais dinâmicos que oferte mais e melhores trabalhos (Burgess e Bogue, 1964).

Duas abordagens teóricas sobre as migrações internas são as mais importantes nos estudos nacionais. A abordagem econômica neoclássica tem como elemento central de análise a decisão racional dos indivíduos se deslocarem. A racionalidade implica em

avaliar os custos e oportunidades de migrar, em curto ou longo prazo, comparando as chances de melhor inserção no mercado de trabalho (melhores retornos salariais, contrato de trabalho entre outros) com base nas informações de oferta de trabalho na origem e de destino migratório, considerando o próprio estoque de capital humano (principalmente o nível educacional e experiência no mercado de trabalho). Se o indivíduo opte por migrar, os custos e oportunidades avaliados são suficientemente fortes para romper a inércia de permanecer na origem, considerada, portanto, menos favorável para suas condições de vida. O fluxo migratório é, neste sentido, o conjunto das decisões de migrar para um destino com melhores expectativas de condições de vida.⁹ Esta abordagem influenciou estudos da emigração do campo para as cidades como aspecto importante da formação da mão-de-obra disponível para a produção manufatureira a partir da década de 50, quando se iniciou o período de industrialização pesada. O determinante dos fluxos migratórios é entendido a partir das diferenças do dinamismo econômico entre setores – rural e urbano – que geraram forças de atração e expulsão de população até o ponto de equilíbrio entre salário e mão-de-obra. A importância maior da abordagem econômica neoclássica foi sistematizar essas forças por meio de indicadores que permitissem operacionalizar os fluxos e compreender as suas consequências no mercado de trabalho (Lee, 1980).

A abordagem histórico-estrutural faz a crítica da racionalidade econômica da decisão de migrar e ressalta a necessidade de contextualizar historicamente as mudanças estruturais das sociedades. O processo social de deslocamento de população é o objetivo do estudo das migrações internas e não as consequências do movimento das atividades produtivas como o descolamento da mão-de-obra posto pela teoria neoclássica. Assim, para entender o processo migratório duas dimensões devem ser consideradas: a origem e o destino migratório. Na abordagem da economia neoclássica os fatores de atração e expulsão estavam ligados basicamente ao destino migratório. Na abordagem histórico-estrutural a origem é dimensão fundamental para o entendimento do processo migratório (Lopes, 1973).

Os fatores de expulsão definem as áreas de origem dos fluxos migratórios. Já os fatores de atração determinam a orientação destes fluxos e as áreas que se destinam. Pensar o fluxo migratório sem considerar a origem e o destino como partes do mesmo

⁹ Por expectativas entendem-se maiores chances de melhor inserção social a partir das informações do mercado de trabalho da origem e destino dos migrantes. Como colocado por Durham (1973) as expectativas do migrante em conseguir ascensão social no destino, a partir da origem regional e social, é o motor do deslocamento.

fenômeno é deixar de entender as especificidades do processo como um todo, reduzindo a migração a uma equação de eficácia salarial e da capacidade da economia em absorver a população. Faz-se necessário considerar, portanto, os mecanismos que puseram em movimento os fluxos migratórios a partir da origem e suas conseqüências para a economia urbana, principalmente do local de destino.

Ao contrário da abordagem econômica neoclássica que tem o indivíduo como unidade de análise da migração, a abordagem histórico-estrutural tem a classe social. A classe social em movimento gera um fluxo com certa duração e que possui um trajeto específico que engloba as especificidades da estrutura social de origem e destino. Faz-se possível, portanto, descrever o movimento dos fluxos segundo o processo social que seja estruturante das sociedades.¹⁰ Ou seja, o contexto sócio-econômico que leva a expulsão de população na área de origem leva a transformações estruturais nas áreas de destino. A migração, por sua vez, pode levar a transformações estruturais também a origem. A relação entre a origem e o destino migratório evidencia o processo social completo de deslocamento da população.

Para o estudo da migração interna como um fator exógeno ao regime de mobilidade social utiliza-se as noções de fluxo oriundo da abordagem econômica neoclássica e a noção de trajetória dos fluxos migratórios e classes sociais oriundo da abordagem histórico-estrutural. Os fluxos são empregados para quantificar o deslocamento de população; as trajetórias são empregadas para identificar a origem e destino migratório, assim como os contextos sociais de deslocamento; as classes sociais que é a variável dependente do estudo da mobilidade social.

3. MIGRAÇÃO INTERNA E MOBILIDADE SOCIAL

Com o criação do índice de status sócio-econômico (SEI) foi possível desenvolver análises de transmissão de vantagens sociais entre as posições de origem e destino ocupacionais.¹¹ Variáveis intervenientes do processo eram constituídas por características herdadas e adquiridas interpretadas dentro da perspectiva do ciclo de vida como coorte de nascimento, idade, cor, educação, experiência etc. Considerando a

¹⁰ Por fluxo migratório estruturante se entende as mudanças regionais nos aspectos demográficos de uma população com destaque às alterações na estrutura de classes sociais e as conseqüências no regime de mobilidade social.

¹¹ Ver referência para o Brasil em Silva (1988).

transmissão inter e intrageracional de vantagens, a educação é a característica adquirida mais importante para a definição do destino ocupacional.

Quando as características são analisadas por meio de um diagrama causal (análise de trajetória) cujos pontos centrais são a origem e o destino ocupacional, Blau e Duncan (1967: 199-205; 207-41) rejeitaram as análises de acúmulo dos efeitos, sejam vantagens ou desvantagens, para o destino ocupacional. Ou seja, um indivíduo de origem ocupacional baixa não necessariamente implica em baixa escolaridade e destino ocupacional baixo. Há, no entanto, condições (ou características) associadas ao destino social podem levar a efeitos redundantes e não potencializadores de vantagens e desvantagens. Assim, cada variável do ciclo de vida considerada importante para o destino social deve ser analisada separadamente para a compreensão desta no conjunto. A idéia de ciclo vicioso da pobreza, neste sentido, não pode ser diretamente afirmada sem antes considerar a relação existente entre a origem e destino social e demais características associadas à posição social.

Três grupos de características associadas ao destino social foram apresentadas pelos autores como exemplo: cor, região de nascimento e migração. A primeira se trata de uma característica que de fato gera desvantagens cumulativas. Ser negro era possuir elevada desvantagem associada às demais características importantes para o destino ocupacional em relação aos brancos por simples efeito da cor – sujeição à discriminação pura.¹²

A região de nascimento está associada às características herdadas e adquiridas dos indivíduos. O exemplo usado foram indivíduos das regiões Sul e Norte dos EUA. Os indivíduos do Sul tinham origem ocupacional hierarquicamente mais baixa, menor educação e começavam a carreira mais cedo e em ocupações mais baixas em relação aos indivíduos do Norte. Portanto, quando estes competiam por vagas no mercado de trabalho, os indivíduos do Norte tinham vantagem por estar mais bem qualificados para o cargo pretendido. Quando as características dos indivíduos das duas regiões são controladas, os efeitos sobre de vantagens para o mercado de trabalho praticamente desaparecem, negando qualquer sentido de desvantagem em nascer em uma dada região. Em outras palavras, não se trata de características cumulativas de desvantagem, como a cor, mas sim de características associadas ao contexto sócio-econômico da região.

¹² Para o Brasil, Silva (1981; 2000) identificou exatamente o mesmo processo.

A migração não se trata de uma característica cumulativa ou associada, mas um fator exógeno da estrutura social, como já apontado. Migrar em si não se constitui em uma característica importante para a entrada no mercado de trabalho, mas permite aos indivíduos encontrar uma estrutura social que oferece maiores possibilidades de competição por ocupações a partir do próprio estoque de capital humano. Os migrantes tendem a conseguir melhores resultados de inserção ocupacional em relação aos não-migrantes, pois buscam na mobilidade espacial um contexto de mercado de trabalho que permita melhor aproveitamento de suas características individuais. Ou seja, o migrante busca um contexto de competição por vagas na estrutura social que ofereça maiores oportunidades de ascensão social e qualidade de vida.

Uma interpretação das motivações da migração interna pode ser feita a partir do conceito de ação racional adaptativa (Goldthorpe, 2000: 239-58). Sabe-se que as classes sociais possuem diferentes tipos de recursos, como também restrições, para a ascensão social a partir da origem social. Entende-se por recursos o acúmulo de ativos que auxiliam os indivíduos na inserção ocupacional em curto e/ou longo prazos. Isto implica em diferentes tomadas de decisões sobre a trajetória dos indivíduos no mercado de trabalho com base na expectativa de situar-se em determinadas classes sociais. Esta tomada de decisão é definida como um comportamento racional adaptativo.¹³

As desigualdades de oportunidades de mobilidade social refletem a desigualdade de condições sociais. As desigualdades de condições podem ser: (1) recursos individuais como as características adquiridas ou; (2) gerado por aspectos institucionais, como políticas públicas, que influam no aumento ou redução dos recursos. A migração procura no destino social aumentar os efeitos dos recursos previamente incorporados, aumentando as oportunidades de ascensão social. Ou seja, o migrante busca ativamente no mercado de trabalho de destino melhores oportunidades de inserção social em relação às oportunidades que tinha na origem. Migrar, neste

¹³ O conceito foi cunhado para explicar as diferentes trajetórias educacionais que levam a diferentes resultados no mercado de trabalho via mobilidade social. Este texto utiliza este referencial teórico para aplicá-lo à migração interna. Há diferentes estratégias educacionais para maximizar as oportunidades de mobilidade a partir da origem social (Goldthorpe, 2000: 243-52). As escolhas educacionais a partir da origem social podem reforçar e perpetuar o regime de mobilidade social, pois há restrições inerentes à própria estrutura social que orienta as estratégias de mobilidade social. A desigualdade de oportunidades está ligada à desigualdade de condições. Por outro lado, entendemos a migração interna como uma ação racional dos indivíduos por maximizar os recursos para realizar a mobilidade social. Se alcançada a ascensão social ou não, isto dependerá do regime de mobilidade social do destino social em relação aos recursos do migrante em relação à média de recursos dos indivíduos não-migrantes que competem pelas mesmas posições na estrutura social. A migração neste ponto de vista pode ser entendida como parte da estratégia de mobilidade social dos indivíduos.

sentido, não se trata de um recurso em si, mas na busca de inserção social em um contexto social mais favorável a conquista de melhores condições de vida com base em seu estoque de recursos. Esta busca é, portanto, um comportamento racional adaptativo. Os aspectos institucionais, particularmente o Estado e mercado, também influem na dinâmica migratória por gerar desequilíbrios regionais do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, forças de atração e expulsão de populacional (Cano, 2007: cap. 5).

4. HIPÓTESES DE TRABALHO

Patarra (2003) apresentou de forma esquemática cinco períodos históricos, denominados de etapas migratórias, que procuram descrever a dinâmica da migração interna no Brasil. Por etapa migratória entende-se os principais fluxos de volume de deslocamento de população cujo principal determinante é o desequilíbrio do desenvolvimento econômico regional. Isto quer dizer que os centros de desenvolvimento econômico atraíam população de regiões menos promissoras, caracterizando o fluxo de mão-de-obra em potencial. O fluxo migratório, portanto, é entendido como o deslocamento de mão-de-obra.

A primeira etapa identificada começou com a instauração da República (1889). A formação da mão-de-obra empregada na produção de café era constituída não apenas por imigrantes internacionais, mas também por brasileiros vindo de regiões cujo ciclo produtor havia estagnado. Sabe-se que o volume de migrantes internos neste período foi parco, porém reside aí o início do fluxo migratório mais expressivo nas décadas seguintes decorrente das desigualdades do desenvolvimento econômico regional. O segundo período é marcado pela formação do mercado produtor e consumidor interno na década de criação do Estado Novo (1930). A industrialização, ainda que restringida, reforçou a desigualdade regional iniciada no ciclo do café. Guanabara, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo eram colocados como fortes regiões de atração de migrantes oriundos de Minas Gerais, Paraná e da região Nordeste. O terceiro período se deu com a instalação da planta industrial pesada e a aceleração do crescimento econômico nacional (1950). O Brasil passou a se inserir com maior centralidade na produção de bens de exportação no cenário internacional com base nas indústrias paulista e carioca. Esta concentração industrial acirrou o processo de concentração regional do desenvolvimento econômico. Juntamente com o crescimento vegetativo nacional elevado, o desenvolvimento econômico territorialmente concentrado nos dois estado

levou ao aumento expressivo da migração interna com destino à região Sudeste em números relativos e absolutos de população.

Foi a partir da década de 1980, quinto período, que este ritmo de migração deu sinais claros de arrefecimento como reflexo da crise econômica internacional. Até a década de 1970 a migração pode ser entendida por um padrão migratório relativamente constante se considerada às desigualdades regionais: migrações de longa distância e concentrada nas grandes metrópoles. A partir de 1980 um novo padrão migratório passou a vigorar: migração de curta distância, para cidade de médio porte e migração de retorno para as áreas de expulsão de população. Se até a década de 1970 a mobilidade geográfica (migração) era associada à mobilidade social, a partir da década de 1980 o novo padrão migratório se configurou a partir de novas estratégias de deslocamento da população onde a migração interna não estava associada ao aumento das chances de mobilidade social.

Com base na dinâmica dos fluxos migratórios entre regiões, procura-se analisar a associação entre migração e mobilidade social ao longo das décadas de 1970-2000. O objetivo central é observar a participação dos migrantes na formação da estrutura social de diferentes regiões (unidades da federação) a partir das diferentes trajetórias migratórias. Três hipóteses básicas orientam o estudo:

- (1) a migração influenciou significativamente na composição da estrutura de classes sociais em todas as regiões do país por efeito dos desequilíbrios do desenvolvimento econômico regional;
- (2) a migração estava altamente associada à mobilidade social ascendente no período de industrialização nacional (décadas de 1950-70);
- (3) após a crise econômica na década de 1980, a migração esteve menos associada às chances de ascensão social (décadas de 1980-2000)

5. DADOS E METODOLOGIA

Pretende-se utilizar dados amostrais com cobertura nacional de duas fontes. As PNADs para os anos de 1976, 1988 e 1996. O banco de dados do Instituto do Milênio/IUPERJ de 2006. Os bancos de dados da PNAD possuem informações que permitem analisar diretamente a migração interna e a mobilidade social. O banco de dados do Instituto do Milênio permite analisar a migração interna de forma indireta, por meio do

estoque de migrantes. Por outro lado as informações sobre mobilidade social são extremamente ricas.

A metodologia a ser empregada nos estudos são modelos log-lineares para avaliar a associação entre migração interna e mobilidade social segundo as trajetórias dos fluxos migratórios. E regressões lineares para caracterizar a distribuição de renda, educação entre outras variáveis que qualifiquem as diferentes entre migrantes e não-migrantes.

6. BIBLIOGRAFIA

- BAENINGER, Rosana (2008) Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século. XVI Congresso da ABEP.
- BARROS, Ricardo, Ricardo HENRIQUES e Rosane MENDONÇA (2000) Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais 15, pp. 42.
- BLAU, Peter e Otis DUNCAN (1967) The American Occupational Structure. NY: Wiley.
- BURGESS, E. e D. BOGUE (1964) Research in urban society: a long view. In: BURGESS, E. e D. BOGUE (org.) Contributions to urban sociology. Univ. of Chicago Press.
- BRITO, Fausto (2009) As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto para discussão n. 366. CEDEPLAR.
- _____. (2002) Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório? In: CARLEIAL, Adelita (org.) Transições Migratórias. Edições Iplance.
- CANO, Wilson (2008) Desconcentração produtiva regional do Brasil. 1970-2005. Editora Unesp.
- CARVALHO, José e Fernando FERNANDES (1996) Estimativas de saldos migratórios e taxas líquidas de migração das unidades da federação e grandes regiões do Brasil, por sexo, idade e setores rural e urbano 1960-1970 e 1970-1980. CEDEPLAR/ UFMG.
- CUNHA, José e Rosana BAENINGER (2006) Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. Notas de población. CEPAL, n. 82.
- _____. e Cláudio DEDECCA (2000) Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. Revista Brasileira de Estudos de População, v.17, n.1/2.
- DOMENACH, H. e M. PICOUE (1990) El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. Notas de Población. CELADE, XVIII, n. 49.
- DURHAM, Eunice (1973) A caminho da cidade. Ed. Perspectiva.
- FILGUEIRA, Carlos e Carlo GENELETTI (1981) Estratificación y movilidad ocupacional en América Latina. Cuadernos de la CEPAL, Santiago.

- FRANCO, Rolando, Arturo LEÓN e Raúl ATRIA (org.) (2007) Estratificación y movilidad social en América Latina: Transformaciones estructurales de un cuarto de siglo. Lom ediciones/ CEPAL/ GTZ.
- FURTADO, Celso ([1954] 1998) Formação econômica do Brasil. 27ª edição.
- GOLDTHORPE, John (2000) On Sociology: Numbers, Narratives and the Integration of Research and Theory. Oxford: Oxford University Press.
- GRAHAM, Douglas e Sérgio HOLANDA FILHO ([1973] 1980) As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, Hélio (org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise. Tomo 2: 733-77. Fortaleza: BNB.
- LEE, Everett ([1966] 1980) Uma teoria sobre migração. In: MOURA, Hélio (org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise. Tomo 1: 92-114. Fortaleza: BNB.
- LOPES, Juarez (1973) Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. Estudos CEBRAP, no. 6.
- ONU/ Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. ([1972] 1980) Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. Excertos do Manual VI da ONU. In: MOURA, Hélio (org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise. Tomo 1: 313-53. Fortaleza: BNB.
- OSÓRIO, Rafael (2009) A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006. 2009. Tese de Doutorado em Sociologia, UnB.
- PACHECO, Carlos e Neide PATARRA (1997) Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, Neide, Rosana BAENINGER, Lúcia BOGUS e Paulo JANNUZZI. (org.) Migração, condições de vida e dinâmica urbana. UNICAMP.
- PATARRA, Neide. (2003) Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. ENCE. Textos para discussão, n. 7.
- RAVENSTEIN, Ernst ([1885] 1980) As leis da migração. In: MOURA, Hélio (org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise. Tomo 1: 19-88. Fortaleza: BNB.
- SILVA, Nelson do Valle (2000) Cor e mobilidade social. In: PASTORE, José e Nelson do Valle SILVA. Mobilidade social no Brasil. Makron Books.
- _____. (1988) Uma Classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação de trabalho no Brasil: Mimeo/ IUPERJ.
- _____. (1981) Cor e processo de realização sócio-econômica. Dados, v. 24.
- SINGER, Paul (1977) Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Companhia Editorial Nacional. 2ª edição.
- _____. (1973) Economia política da urbanização. Editora Brasiliense/CEBRAP.
- TORCHE, Florencia e Carlos RIBEIRO (2010) Pathways of change in social mobility: industrialization, education and growing fluidity in Brazil. Research in Social Stratification and Mobility. Vol. 8, n. 3.
- WRIGHT, Erik (org.) (2005) Approaches to Class Analysis. Cambridge University Press.